

# Prefeitura Municipal de Palma

#### Estado de Minas Gerais

Praça Getúlio Vargas, n.º26 - Centro - Palma / MG

CEP: 36.750-000

CNPJ: 17.734.906/0001-32

LEI N°. 1.789, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE O CONTROLE POPULACIONAL, IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO, BEM COMO DO "BEM ESTAR DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E COMUNITÁRIOS – CÃES E GATOS", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALMA".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMA**, Exmo. **Sr. HIRAM VINICIUS MENDONÇA FINAMORE**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Palma aprovou e ele, sanciona a seguinte lei:

#### Capítulo I Considerações Gerais

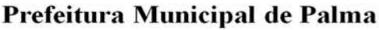
**Art. 1º.** Fica instituída a política de controle populacional, identificação e registro de animais domésticos e comunitários, cães e gatos, consistente em ações voltadas para o bem estar dos mesmos, bem como em campanhas de adoção e educacionais voltadas à população, a fim de combater o abandono e prevenção das principais zoonoses.

Parágrafo único: Para efeito desta lei, entende-se por:

- I Animais domésticos: animais de estimação, com propriedade e responsável definido, com valor afetivo e coabitação com o homem;
- II Animal comunitário: aquele que, apesar de não ter proprietário definido e único, estabeleceu com membros da população local vínculos de afeto, dependência e manutenção.
- **Art. 2º.** O Poder Executivo tomará todas as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Lei, podendo para tanto, atuar diretamente ou por intermédio de convênios, parcerias e similares.
- **Art. 3º.** A criação, propriedade, posse, guarda e transporte de cães e gatos de qualquer raça ou sem raça definida, no Município de Palma, deve obedecer a legislação Federal, Estadual e a presente Lei.

#### Capítulo II Das Diretrizes da Política Animal

- Art. 4°. Constituem objetivos básicos desta Lei:
- I promover a melhoria da qualidade do meio ambiente garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público aos animais;
- II aumentar o nível dos cuidados para com os cães e gatos, diminuindo as taxas de abandono, natalidade, morbidade e mortalidade;



## Estado de Minas Gerais

Praça Getúlio Vargas, n.º26 - Centro - Palma / MG

CEP: 36.750-000

CNPJ: 17,734,906/0001-32

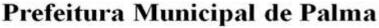
- III assegurar e promover a participação, o acesso à informação e a conscientização da população nas ações de saúde, no âmbito da vigilância sanitária;
- IV a prevenção visando ao combate a maus-tratos e a abusos de qualquer natureza;
- V O resgate e a recuperação de animais vítimas de crueldades, em situações de risco em virtude de catástrofes naturais ou em decorrência de atos humanos e abandonados;
- VI Promoção de campanhas educativas que incentivem a posse responsável e o estímulo à adoção de animais comunitários ou abandonados;
- VII O controle populacional de animais domésticos e comunitários, a fim de combater o abandono e prevenção das principais zoonoses.

## Capítulo III Do Controle Populacional

- **Art. 5°.** É de competência do Poder Executivo Municipal, o controle da população dos animais domésticos e comunitários visando à prevenção das principais zoonoses de interesse em saúde pública e o combate ao abandono como forma de proteção e bem estar dos animais.
- **Art. 6°.** O controle populacional de cães e gatos no Município de Palma deverá ser realizado através de programa permanente.
- **Parágrafo Único.** O Programa de controle populacional deve ser oferecido gratuitamente, abrangendo os seguintes métodos:
- I Limitação da mobilidade através do desenvolvimento de campanhas educativas que incentivem a posse responsável, estímulo à adoção de animais recolhidos em vias públicas e disciplinamento da criação e venda de animais;
- II Controle do habitat especialmente voltado para conscientizar e estimular a adoção de medidas, individuais e coletivas, que levem à disposição adequada do lixo orgânico que funciona como atrativo para os animais;
- III Controle da reprodução através de esterilização cirúrgica de machos e fêmeas;
  - IV Registro e identificação dos animais.
- **Art. 7º.** O controle populacional poderá ser feito em parceria com clínicas e hospitais veterinários, consórcios intermunicipais ou associações.

# Capítulo IV Da Identificação e Registro de Animais

**Art. 8º.** Os cães e gatos poderão ser obrigatoriamente identificados e registrados no âmbito do Município de Palma através de um Sistema de Cadastramento Animal.





Praça Getúlio Vargas, n.º26 - Centro - Palma / MG

CEP: 36.750-000

CNPJ: 17.734.906/0001-32

**Parágrafo Único.** A identificação deverá ser realizada de forma que individualiza os animais, vedado o uso de marcação a fogo ou qualquer outro meio cruel, devendo, conter, obrigatoriamente:

- I Nome do animal, sexo, raça, porte, cor, pelagem, idade real ou presumida, marcas, sinais, cicatrizes peculiares e no mínimo duas fotos de ângulos diferentes;
- II Nome do proprietário responsável, qualificação, endereço completo, telefone, registro de identidade e do cadastro de pessoas físicas (CPF) e e-mail;
  - III Data das vacinações;
- IV Dados referentes a enfermidades do animal e profissional que realizou os diagnósticos;
- **Art. 9°.** Em caso de óbito do animal registrado, cabe ao proprietário/responsável comunicar o ocorrido ao órgão municipal responsável pelo controle de zoonose.
- **Art. 10.** Animais cujos proprietários não forem identificados ficarão sob a tutela do poder público, a título de animais comunitários.
- **Art. 11.** A identificação e registro dos animais serão procedidos através dos agentes sanitários, a fim de localizar os animais no Município de Palma para concretização do cadastro.

**Parágrafo único.** A identificação e registro poderão ser feitos em parceria com clínicas, lojas e/ou hospitais veterinários, consórcios intermunicipais ou associações.

## Capítulo V Das Responsabilidades e Maus Tratos

- **Art. 12.** São de responsabilidade do proprietário/responsável dos animais, a manutenção dos mesmos em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como, a destinação adequada dos dejetos.
- § 1° Os animais devem ser alojados em locais onde fiquem impedidos de fugir e agredir terceiros ou outros animais.
- § 2° Os proprietários/responsáveis de animais deverão mantê-los afastados de portões, campainhas, medidores de luz e água, bem como de caixas de correspondência, a fim de que funcionários das respectivas empresas prestadoras de serviços possam ter acesso sem sofrer ameaça ou agressão real por parte dos animais, protegendo ainda, os transeuntes.
- § 3° Em qualquer imóvel onde permanecer animal bravio deverá ser afixada placa comunicando o fato, com tamanho compatível à leitura à distância, e em local visível ao público.

# Prefeitura Municipal de Palma



Praça Getúlio Vargas, n.º26 - Centro - Palma / MG

CEP: 36.750-000

CNPJ: 17.734.906/0001-32

- **Art. 13.** Todo proprietário de animal é obrigado a vacinar seu cão ou gato conforme legislação vigente, além de levá-los aos profissionais da área regularmente, para observância da vacinação e verminação, bem como, a atender às exigências determinadas pelas autoridades sanitárias.
- **Art. 14.** Caso não houver interesse do proprietário/responsável em permanecer com o animal ficará este responsável, pela transferência propriedade/tutela do animal para outra pessoa.

**Parágrafo único –** É vedado o abandono do animal em vias públicas ou imóveis particulares, sob pena do pagamento de multa prevista nesta Lei e regulamentada por Decreto.

- **Art. 15.** É terminantemente proibido o sacrifício de animais como método de controle populacional.
  - Art. 16. Dentre outras práticas, são considerados maus-tratos contra cães e gatos:
  - I submetê-los a qualquer prática que cause sofrimento, ferimentos ou morte;
- II mantê-los sem abrigo, em lugares impróprios ou que lhes impeçam movimentação e/ou descanso, ou ainda onde fiquem privados de ar ou luz solar, bem como alimentação adequada e áqua;
- III obrigá-los a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, ou castigá-los ainda que para aprendizagem e/ou adestramento;
  - IV utilizá-los em lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;
  - V sacrificá-los com métodos não humanitários;
- VI abandoná-los em vias ou logradouros públicos, bem como em propriedades particulares.
- **Art. 17.** Todo proprietário ou responsável pela guarda de um animal é obrigado a permitir o acesso do agente sanitário, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, bem como é obrigado a facilitar a identificação e registro do animal.

#### Capítulo VI Das Penalidades

- **Art. 18.** Quando o agente sanitário do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses verificar a prática de maus-tratos contra cães e gatos, imediatamente deverá comunicar as autoridades competentes, notadamente Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público, sem prejuízo da notificação para cessar os maus tratos.
- **Art. 19.** O descumprimento desta Lei implicará as seguintes sanções, independentemente daquelas previstas em outras leis:



# Prefeitura Municipal de Palma

#### Estado de Minas Gerais

Praça Getúlio Vargas, n.º26 - Centro - Palma / MG

CEP: 36.750-000

CNPJ: 17.734.906/0001-32

I – advertência formal por escrito;

II - Multa;

III – em caso de reincidência, multa em dobro.

### Capítulo VII Das Disposições Finais e Transitórias

- **Art. 20.** Toda pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada neste Município, está sujeita às prescrições, portanto, obrigada a cooperar, inclusive por meios próprios, com a fiscalização municipal na aplicação da mesma, especialmente em cooperar a identificação e registro dos animais pelos agentes sanitários.
- **Art. 21.** Em caso de calamidade pública, situação de emergência, catástrofes, ou demais situações em que o munícipio de Palma tenha que ser retirado de sua residência, este tem o direito e o dever de levar consigo seus animais, sob pena de configurar abandono e aplicação da multa prevista.
- **Art. 22.** O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que for necessário, notadamente dispondo sobre as atribuições do responsável pelo controle de zoonoses, criando estrutura própria para a execução e fiscalização do disposto na presente Lei, caso necessário, criando critérios para o credenciamento de entidades protetoras dos animais, organizações não governamentais, além de outras atribuições, bem como no que se refere a aplicação e valores das multas e taxas.
- **Art. 23.** O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da sua publicação.
- **Art. 24.** O Poder Executivo poderá realizar publicidade institucional quanto à implantação desta Lei.
- **Art. 25.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- **Art. 26.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HIRAM VINICIUS MENDONÇA FINAMORE

Prefeito Municipal